



OS CICLOS ECONÔMICOS — CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL

José Lucas da Silva

Matéria extraída de monografia elaborada pelo autor, como exigência curricular para a obtenção do diploma do Curso de Altos Estudos Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

Analisa os ciclos econômicos do desenvolvimento nacional e identifica como eles se refletem no comportamento da sociedade brasileira em suas relações com problemas atuais da nossa Economia.

INTRODUÇÃO

Em cada época da História da humanidade, fatores religiosos, culturais, políticos e econômicos têm motivado a ocupação de espaços e o desenvolvimento da sociedade.

A partir da Idade Moderna,¹ o fa-

tor econômico passou a ser preponderante entre eles. A revolução comercial, o mercantilismo, o capitalismo, a revolução industrial e o socialismo trouxeram ao mundo um desenvolvimento surpreendente.

No Brasil, foi fator sempre importante. Quem quiser conhecer nossa História deverá estudar, primeiro, a história econômica do País, onde certamente encontrará as principais causas dos fatos que a têm marcado.

1. A Idade Moderna sela o fim da Idade Média em 1453.

Até tempos recentes, a evolução da economia brasileira teve, por esteio, o esforço direcionado para a produção de um só artigo, de grande procura no mercado externo. Devido à variação desse mercado, ela foi marcada pela predominância ora de um, ora de outro produto. Daí a denominação de "economia cíclica" e de "ciclos econômicos".

O que caracterizava o ciclo econômico era o produto que, beneficiando-se da conjuntura, atraía os fatores de produção (capital e mão-de-obra). Ele se refletia em todos os outros setores da comunidade, na criação de outras atividades econômicas, na distribuição de rendas, na expansão territorial e demográfica e na constituição de classes sociais, propiciando transformações e desenvolvimento.

O interesse deste ensaio está direcionado para a análise dos ciclos econômicos e de suas contribuições para o desenvolvimento do Brasil. Abordará o assunto limitando, no tempo, aqueles que mais se destacaram: *ciclo do pau-brasil* — de 1500 a 1550; *ciclo da cana-de-açúcar* — de 1600 a 1700; *ciclo da mineração* — de 1700 a 1800; *ciclo das especiarias* — de 1680 a 1757; *ciclo da borracha* — de 1890 a 1912; *ciclo do café* — de 1824 a 1930; e *ciclo da industrialização* — a partir de 1930.²

Se o Brasil abrange, hoje, um imenso e rico território com cerca de

8.511.965 km², uma população de quase 150 milhões de habitantes e um grande potencial econômico, pode-se-á demonstrar como as atividades econômicas do passado influíram nesse resultado.

Da mesma forma se, na última década, a economia brasileira tem convivido com uma inflação resistente a todos os esforços para detê-la, aliada à pressão de uma dívida externa superior a 130 bilhões de dólares, será possível identificar suas causas em comportamentos da nossa sociedade herdados dos ciclos econômicos do passado.

O CICLO DO PAU-BRASIL

Motivação para a Exploração

Tão logo aqui chegaram, à procura de riquezas, os portugueses encontraram o pau-brasil, árvore abundante na mata atlântica do litoral brasileiro, entre o nordeste e o Rio de Janeiro, de grande interesse para as indústrias de tintas corantes na Europa.

Desde as Cruzadas, a Europa conheceu várias substâncias tintoriais do Oriente e, já no século XII, através de custoso transporte, importava o "verzino",³ que produzia a cor rubra, empregado em Florença, e outras cidades, para tingir os finíssimos tecidos que, então, se fabricavam.

Com a notícia da existência do pau-brasil nas terras descobertas, a de-

2. Convém ressaltar que os ciclos do pau-brasil, do gado, das especiarias e da borracha não constituíram atividade econômica capital nos seus períodos respectivos. Mas desempenharam importante papel para o desenvolvimento do Brasil. Por isso, foram relacionados.

3. Nome do pau-brasil oriundo do Oriente. Cientificamente é chamado de *Caesalpina Echinata*.

mandava nos grandes centros europeus cresceu de tal ordem, que portugueses e contrabandistas franceses e espanhóis passaram a comerciá-lo intensamente, durante toda a primeira metade do século XVI, ainda mais porque ele encontrava, também, utilidade na fabricação de móveis, e construção de navios.

O Comércio com os Indígenas

Os indígenas denominavam-no *ibirapitanga* ou *ibirapuitã*, os espanhóis *leño rubro*, e os franceses *brésil*.

Para a sua exploração, os comerciantes utilizavam a mão-de-obra nativa, graças à presença relativamente numerosa de tribos indígenas no litoral. Foi assim possível dar, ao comércio, um desenvolvimento apreciável, já que as tripulações dos navios não seriam suficientes para a tarefa de cortar árvores de grande porte, algumas com um metro de diâmetro por dez de comprimento.

Não foi difícil induzir o indígena a trabalhar. Quinquilharias, camisas de linho, serras, machados, chapéus, facas e pequenos objetos enchiam-no de satisfação, em troca do empenho árduo na tarefa.

Estimulados pelos negóciantes, eles preparavam enormes depósitos de madeira, que se amontoavam ao longo da costa. Como não sabiam acumular riquezas, abatiam as árvores ao acaso. E, muitas vezes, com o fim de poupar o trabalho de cortá-las, punham fogo em sua parte inferior, provocando incêndio que se alastrava, ocasionando grande desperdício.

Os franceses, que possuíam um ativo mercado em seu país, não só para as madeiras tintoriais, como para as especiarias, passaram a ser hábeis correntes no comércio com os indígenas.

Por não disputar-lhes a posse da terra, procuravam agradá-los o quanto possível e, ao partirem, deixavam intérpretes, facilitando a obtenção dos produtos que ambicionavam, na troca por bugigangas.

Por essa razão os *mair*, franceses, gozavam de maior simpatia do que os *perós*, portugueses, apelidos que lhes davam os indígenas.

O Arrendamento e o Monopólio

Inicialmente entretidos no comércio com o Oriente, os portugueses sentiram dificuldades para estabelecer, de modo definitivo, a exploração do pau-brasil, favorecendo o tráfico ilegal dos franceses.

Por essa razão, o pau-brasil foi colocado sob o monopólio régio e sua exploração arrendada a grupos comerciantes, o primeiro deles liderado por Fernando de Noronha, associado a mercadores israelitas.

Cabia ao arrendatário explorar, anualmente, 300 léguas do litoral e garantir a defesa da costa, utilizando navios e construindo fortificações, além de pagar 1/5 do valor da madeira à metrópole.

Para garantir o mercado, a Coroa se comprometia a não mais importar produto similar do Oriente.

O negócio admitia bom lucro, apesar dos riscos provenientes do empate

de capital, da demora possível das vendas, da possibilidade de naufrágios e da pirataria. Todavia, com o aumento desses riscos a Coroa avocou a si a defesa da costa e a própria atividade de exploração, e enviou, entre outras, as expedições de Cristóvão Jaques e de Martim Afonso de Souza, que percorreram todo o litoral brasileiro, até o Rio da Prata.

Contribuições

Foi inspirada na intensa atividade exploratória do pau-brasil que a Terra de Santa Cruz passou a ter a atual denominação.

O ciclo permitiu a definição do contorno costeiro, realizada pelas expedições guarda-costas, marcando a presença portuguesa em todo o litoral, desde o nordeste até a foz do Rio da Prata.

A defesa da terra contra o estrangeiro contrabandista levou os portugueses a se preocuparem em construir feitorias e fortificações, em pontos estratégicos do litoral, iniciando a formação de pequenas vilas que vieram constituir grandes cidades litorâneas, prioritariamente entre Pernambuco e Rio de Janeiro.

A exploração do pau-brasil atraiu franceses, os quais influíram para que a Coroa se decidisse pela colonização efetiva do Brasil. A expulsão de franceses da costa brasileira consolidou a posse portuguesa e evitou uma indesejada divisão da América-Lusa.

Utilizando mão-de-obra nativa, o comércio do pau-brasil estimulou os primeiros contatos com os indígenas,

e permitiu sua exploração, de maneira rendosa, para empresas privadas e, depois, para o próprio governo português. Com a exploração predatória, as essências florestais da mata atlântica aos poucos foram sendo destruídas, marcando o início do desmatamento descontrolado.

Embora a indústria extrativa do pau-brasil representasse um bom negócio, o lucro obtido pelos portugueses passou a não cobrir as despesas com a defesa das novas terras descobertas. Com a descoberta da anilina na Europa, o pau-brasil diminuiu de importância, e Portugal procurou um novo produto de comércio que justificasse sua presença no Brasil.

Para o Brasil, ainda ensaiando os primeiros passos como colônia, talvez tenha sido interessante que a primeira atividade econômica fosse a extração do pau-brasil, e não a do ouro e da prata, como ocorreu na colônia espanhola. Aí, certamente, o assédio de invasores estrangeiros teria sido bem maior, trazendo desdobramentos imprevisíveis, neles incluída a matança generalizada de indígenas.

O CICLO DA CANA-DE-AÇÚCAR

Fatores Considerados para a Instalação da Agroindústria Canavieira

Na Idade Média, o açúcar era artigo caríssimo. Considerado produto "régio", de consumo restrito, era vendido nas farmácias, em determinados

lugares da Europa, como artigo medicinal.

Primitivamente fabricado na Ásia, constituiu-se em importante produto de comércio. Foram os árabes que introduziram a indústria do açúcar na Península Ibérica.

No século XV, objetivando a intensificação do comércio, os lusos iniciaram a cultura da cana na Ilha da Madeira e em outras ilhas portuguesas, o que transformou o açúcar em artigo de consumo comum e com preços mais viáveis. Se, por um lado, a baixa consequente dos preços desvalorizava a indústria açucareira, por outro, o produto se impunha como artigo de uso diário e comum, aumentando a demanda e tornando atraente a produção.

No terceiro decênio do século XVI, a atenção de Portugal estava toda voltada para o Oriente, cujo comércio chegara ao apogeu. Para promover o povoamento e a colonização do Brasil, e assegurar a soberania lusa diante das investidas francesas no litoral, ele se defrontava com uma dificuldade: apenas poucos traficantes de madeira, cujo comércio estava em declínio, interessavam-se pelo Brasil.

O Reino contava com pouco menos de dois milhões de habitantes, pequena população para, além de atender às expedições orientais, lançar-se ao povoamento de uma costa imensa como a do Brasil. Procurou-se, então, conceder consideráveis vantagens e amplos poderes àqueles que se aventurasse a participar da colonização.

Os interessados, que, em geral, não dispunham de grandes recursos, levaram fundos, tanto na Holanda como

em Portugal, para formar empresas colonizadoras, diante da perspectiva do estabelecimento de um negócio rendoso que trouxesse retorno do investimento — a agroindústria canavieira.

Nessa oportunidade, já se sabia que as condições para o plantio da cana no Brasil eram bastante favoráveis, devido ao clima quente e úmido da costa, à existência de mão-de-obra nativa, e de madeira em abundância para servir de combustível para os engenhos e para a fabricação de caixotes para o transporte do açúcar.

O único fator que era ignorado mas que, surpreendentemente, apresentou-se como propício foi o solo, particularmente em Pernambuco e no Recôncavo Baiano.

O Engenho de Açúcar

Alguns escritores atribuem à expedição colonizadora de Martim Afonso de Souza, em 1532, a introdução das primeiras mudas de cana-de-açúcar no País.

Não tendo logrado êxito na capitania de São Vicente, foi no nordeste que a agricultura da cana conheceu a prosperidade. Aí foram instalados os primeiros engenhos, apoiados na grande propriedade monocultora e voltados exclusivamente para o mercado externo.

O engenho, ou a fábrica propriamente, era o elemento central onde se reuniam as instalações para a manipulação da cana e preparo do açúcar. Compreendia a moenda — que espremia a cana, a caldeira — que fornecia o calor necessário ao processo de purificação do caldo, a casa de purgar —

que clareava o açúcar, a casa-grande — habitação do senhor de engenho, e a senzala — habitação dos escravos. Havia também a capela, as oficinas, as estrebarias, as terras onde se encontravam os canaviais, as pastagens e as culturas de subsistência. As matas forneciam lenha para a fornalha e madeira para a construção.

Os engenhos fixavam-se perto dos rios e não muito longe do litoral, para facilitar o transporte, que utilizava bastante o carro-de-boi.

Além do açúcar, produzia-se também a aguardente, subproduto que servia como escambo para a aquisição de negros escravos na costa da África.

Aspectos Sociais, Políticos e Econômicos

A grande propriedade açucareira caracterizava-se como a unidade produtora. Reunia, em torno de si, enorme quantidade de trabalhadores sob a direção imediata do proprietário, o senhor de engenho, ou de seu feitor. Constituía uma única organização coletiva de trabalho e de produção, opondo-se, portanto, à pequena propriedade.

Deve-se destacar que os colonos pioneiros, recrutados a tanto custo, vinham ao novo mundo com projetos ambiciosos, sendo compreensível que não se contentassem com propriedades pequenas. Vinham para ser grandes senhores e latifundiários. Por outro lado, a indústria canavieira só apresentava resultado rendoso quando se somavam os esforços de muitos trabalhadores, para as tarefas de plantação, colheita,

transporte e preparação do açúcar. Sob essas condições o pequeno produtor não subsistia.

O número de trabalhadores era variável. Em alguns lugares o número dos que viviam em torno do engenho passava de 4.000.

O serviço de escravos era dirigido por empregados contratados, ou feitores, que policiavam e distribuíam punições.

O engenho contava, ainda, com barqueiros, canoeiros, pedreiros, carreiros, vaqueiros, pescadores e lavradores que, além do cultivo da cana, cuidavam de pequenas hortas de milho, mandioca ou feijão, auxiliando a subsistência.

Dessa forma, o engenho proporcionava intensa atividade durante todo o ano, e estabelecia uma sociedade estruturada no sentido vertical e precisamente definida, onde, no topo da organização, estava o senhor e sua família.

A mão-de-obra indígena, que se dera tão bem com o trabalho esporádico e livre da extração do pau-brasil, não se adaptou à atividade disciplinada e sedentária da agricultura, ocasionando, por consequência, sua escravidão. Para obter maior produtividade, os portugueses tiveram que substituir os índios pelos negros escravos africanos.

O tráfico negreiro já era uma atividade lucrativa e do conhecimento dos portugueses. As primeiras referências sobre o tráfico de escravos para o Brasil datam de 1550, quando a metrópole, oficialmente, fez chegar uma partida de africanos em Salvador, destinados à execução de alguns trabalhos na cidade.

Por sua vez, acumulando riquezas e aumentando, cada vez mais, o prestígio social, a classe senhorial passou a exercer influência crescente no cenário político da colônia, chegando a destituir governadores.

Das lutas contra os invasores holandeses e franceses pela defesa do nordeste, em que desempenharam papel relevante, em contraste com o abandono metropolitano, eles começaram a perceber que seus interesses estavam bastante distanciados dos da metrópole, e que desta pouco necessitavam.

Foi no auge da produção do açúcar que os holandeses invadiram o nordeste do Brasil. Alguns historiadores citam que, às vésperas da invasão, o Brasil já produzia mais de 2 milhões de arrobas de açúcar e que, só em Pernambuco, havia mais de 100 engenhos.⁴

Mas, apesar da grande produção a característica da exploração econômica, monocultura, voltada exclusivamente para o mercado externo, inibiu a realização de investimentos na área visando a um desenvolvimento mais efetivo da região.

Contribuições

A agroindústria canavieira, instalada com sucesso no Brasil, conduziu os portugueses a se voltarem, definitivamente, para as terras descobertas na América. Para o Brasil, ela facultou a colonização, ainda que vinculada à exploração econômica. Atraiu não

somente o capital estrangeiro, mas principalmente o colono, peça fundamental para dar início à formação de uma nacionalidade. No fim do século XVII, já era expressivo o número de habitantes.

Voltada para o mercado externo, a grande produção açucareira gerou uma estrutura latifundiária, cujos reflexos ainda hoje se sentem, apoiada na monocultura, que até bem pouco dominava a economia com o café, e na escravidão do índio, logo substituída pela do negro.

O nativo mostrou-se mau trabalhador e de pouca resistência. Na realidade, não daria conta de uma tarefa colonizadora a ser levada em grande escala. Está aí o exemplo da Amazônia, onde a colonização estacionou.

A solução pelo tráfico de negros foi inevitável, pois seria muito difícil a instalação da indústria do açúcar sem a sua ajuda. Comprometeria o empreendimento e a colonização.

O negro foi, sobretudo, razão para a expansão demográfica, face à facilidade encontrada para a miscigenação com o branco e com o índio, contribuindo decisivamente para a formação do nacional-brasileiro.

Da formação social estabelecida pelos senhores de terras, estruturada na forma patriarcal, ainda hoje se encontram reflexos, em algumas regiões do interior. Os "coronéis" sertanejos são figuras clássicas de patriarcas ao estilo dos senhores-de-engenho.

Essa mesma sociedade, com a representação do branco, do negro e do índio, investida de sentimento nacional, expulsou os invasores holandeses, eliminando o enclave estrangeiro. Pro-

4. Roberto C. Simonsen. *História Econômica do Brasil*, 112 páginas.

piciou, também, a expansão da área colonizada, desde o norte até S. Vicente.

O açúcar possibilitou rápidas fortunas e um luxo descommodo, que passou a imperar nas capitâncias do norte, conquistou o mercado externo, e fez, da cidade de Salvador, sede de bispado e da administração real.

A retração do mercado europeu e a concorrência do açúcar das Antilhas, fizeram decrescer a importância da indústria canavieira na economia brasileira, e tornaram o nordeste decadente e esquecido. Após um longo período de prosperidade, seguiu-se o de pobreza e abandono.

O CICLO DO GADO

O Gado Itinerante e a Interiorização

O gado foi introduzido, em Salvador, por Tomé de Souza e, em São Vicente, por Martim Afonso de Souza.

A criação do gado bovino, *cavalar* ou *muar*, era de suma importância porque, além de produto básico alimentar, servia como agente motor e meio de transporte, utilizado, principalmente, na zona do açúcar.

Junto aos engenhos havia currais que abrigavam o gado utilizado no seu funcionamento. Como consequência do rápido crescimento açucareiro, a intensa procura pelo gado promoveu o estímulo à criação.

Por não haver o arame, instrumento pacificador e protetor das culturas do

campo, criadores e lavradores constantemente entravam em conflito, resultando, muitas vezes, na retirada dos currais de criação para o sertão, longe dos engenhos, dos canaviais e dos mandiocais, instalando-se em terras mais pobres, não aproveitáveis para a agricultura.

Em 1701, através de uma Carta Real, a Coroa proibia a criação a uma distância inferior a 10 léguas da costa. Desta forma, os currais foram penetrando e ocupando o interior. Pela facilidade de adaptação do índio às tarefas com o gado, surgiram alianças de criadores com diversas tribos selvagens o que permitiu a mais rápida expansão dos currais.

Garcia de Ávila iniciou o estabelecimento de currais no interior da Bahia. Ele e seus descendentes transformaram-se nos maiores criadores do sertão baiano ao longo do rio São Francisco, contribuindo para que esse rio viesse a ser conhecido como o "rio dos currais".

Os Ávilas e outros criadores, prosseguindo na invasão do interior, levaram os currais ao Maranhão, Piauí, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Subindo o São Francisco, atingiram o interior mineiro e foram ao encontro do gado que se alastrava de São Vicente. Passando para o vale do Tocantins e Araguaia, estenderam a criação para o sertão goiano e mato-grossense, indo de encontro com as manadas que subiam os rios da Bacia do Prata e as das possessões espanholas.

O gado dos campos de Curitiba parece ter sido originário de São Vicente e o do Sul do Paraná, Santa Catarina

e Rio Grande do Sul, das missões jesuítas espanholas.

Portanto, São Vicente, Bahia e Pernambuco foram os centros irradiadores da criação para a região central e o nordeste do Brasil.

O gado também chegou à Ilha de Marajó visando a atender ao mercado consumidor de Belém.

A expansão da pecuária justificava-se, não somente pela facilidade de penetração para o interior através dos rios, como, também, pelo pequeno capital para a instalação de uma fazenda.

No sul do Brasil, bem diferente do sertão nordestino, as condições geográficas forneciam melhores condições para as atividades pastoris. No entanto, somente após a transferência do centro de gravidade da economia do nordeste açucareiro para o centro mineiro é que a supremacia da criação do gado passou para o sul.

A partir daí, o gado do sul multiplicou-se rapidamente, produzindo o charque, que teve importância no comércio local e foi razão de lutas entre espanhóis e portugueses.

A expansão da pecuária promoveu também o ciclo do couro, que obteve boa participação no comércio com Portugal. Em 1710, o valor do couro correspondia a 50% do preço do boi.

O Fator Humano e Social

Índios e caboclos constituíram a principal mão-de-obra utilizada na pecuária. A vida nômade, ao ar livre, condizia mais aos traços culturais do índio brasileiro, sendo mais fácil fazê-lo participar da atividade. Ao contrá-

rio, devido à sua própria natureza, a atuação do escravo negro foi inexpressiva.

Também na criação de gado existiu a figura do senhor, dono de fazendas, mas que não se diferenciava muito do vaqueiro, aquele que seguia o gado criado solto. Os vaqueiros eram pagos com um quarto das crias, recebendo-as somente no fim de cinco anos. Após esse tempo, em geral, eles já possuíam um número suficiente de animais para se instalarem por conta própria. Por isso essa atividade econômica constituía um bem que era mais de todos que do senhor, refletindo diretamente no sentimento de cooperação e solidariedade do grupo social.

A sociedade pastoril do nordeste, internando-se no agreste do sertão constituía uma sociedade livre, rústica, inculta e pobre, mas resistente e sóbria, capaz de se emancipar e viver independentemente ou em apoio à sociedade canavieira.

Já o grupo social pastoril do sul, que se formou mais tarde, adaptou-se às técnicas indígenas e à tradição gauchesca da sociedade platina, crescendo num ambiente belicoso.

Contribuições

Como retaguarda econômica dos engenhos de açúcar, a pecuária promoveu, no século XVI e XVII, a ocupação de vasta região do sertão nordestino.

Mais tarde, dirigindo-se para o sul, pelo rio São Francisco, a atividade pastoril foi prestar socorro alimentar à indústria mineradora. Não satisfeitos, os

mineradores ainda foram ao encontro do gado das estâncias do sul, justificando, economicamente, a ocupação definitiva da região meridional do Brasil.

Nela a preocupação da Coroa em manter a primazia no comércio do couro e do charque, aliada à de estender seus domínios até o Prata, levou-a a fundar a Colônia de Sacramento.

Abrindo vias de comunicações, articulando e incorporando regiões, o ciclo do gado foi o fator econômico gerador da expansão territorial nortes-tina e sulina, veículo do comércio em toda a hinterlândia brasileira. Alguns historiadores citam-no como o mais importante para a formação geográfica do Brasil.

Após o surto da mineração, foi a pecuária que consolidou economicamente a ocupação de vastíssimas regiões do país, as quais, sem ela, teriam sido, talvez, condenadas ao abandono. Particularmente, entre o fim da mineração e o advento do café, amparou as populações do sul. Diversos vilarejos, espalhados pelo interior, originaram-se através dessa atividade.

Visando apenas ao mercado interno, a produção pecuária incorporava seus rendimentos ao País, com grandes benefícios sociais.

O sertanejo, ao norte, e o gaúcho, ao sul, foram tipos sociais marcados pela atividade pastoril que se incorporaram à estrutura da sociedade brasileira.

O CICLO DA MINERAÇÃO

A Descoberta do Ouro

A busca do ouro esteve sempre entre os interesses maiores da coroa portuguesa, mormente por suas descobertas, pelos espanhóis, na região andina.

Esgotadas as minas da América Espanhola, a escassez de metais na Europa e o declínio da indústria açucareira no nordeste, Portugal estimulou a procura de metais preciosos, financiando, inclusive, expedições e concedendo títulos e honrarias aos descobridores.

No final do século XVII, surgiram os primeiros sinais de ouro no atual Estado de Minas Gerais, em Ouro Preto, Mariana e Sabará e, tão logo o fato foi divulgado, milhares de aventureiros, procedentes de todas as partes do Brasil, rumaram para as jazidas.

Em menos de trinta anos, tinha sido localizada a maior parte das minas das principais zonas auríferas do Brasil, em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás.

Aspectos Políticos

A mineração passou a ser rigidamente controlada pela metrópole. Usando o Regimento de 1702, pôde ela disciplinar a extração do ouro, fiscalizar as operações relacionadas com as minas, e garantir, precipuamente, a arrecadação do quinto (20% do ouro explorado).

Para proibir a circulação de ouro em pó, facilmente contrabandeado, a Coroa instituiu as “casas de fundição”.

Aí era recolhido todo o ouro extraído, para ser fundido em barras de tamanho e peso oficiais. Separada a parte da metrópole, era-lhes gravado o selo real.

A partir de 1750, foram estabelecidas quotas anuais de 100 arrobas para as áreas de mineração. O não-pagamento desse tributo era punido com a derrama, cobrança obrigatória dos quintos, que incluía, até mesmo, o sequestro dos bens dos cidadãos.

O ciclo do ouro foi marcado por conflitos entre portugueses e minadores. A cobrança de tributos, sempre conturbada, provocou inúmeros movimentos contra a rígida fiscalização da Coroa. Dentre eles, ressaltam a Guerra dos Emboabas, a Revolta de Vila Rica e a Inconfidência Mineira.

Malgrado a intensa fiscalização portuguesa, o ouro era facilmente contrabandeado, através dos sertões da Bahia. Por eles seguia o gado e os escravos para os arraiais dispersos em Minas Gerais. O ouro também escoava ilicitamente pelo Pará e pelo Rio da Prata.

Como resultado, a mineração provocou o deslocamento do eixo econômico da colônia, então localizado nos centros açucareiros do nordeste. Em razão das comunicações mais fáceis com as minas, o porto do Rio de Janeiro passou a ser o principal centro urbano colonial.

Aspectos Sociais

O afluxo humano nas áreas de mineração fez surgir novos grupos sociais inexistentes, até então, em toda a colônia. Artesãos, médicos, burocratas,

advogados, comerciantes e outros, formavam uma camada intermediária que ia nascendo em função da atividade minadora, apoiada nas vilas e cidades.

A sociedade que se formou era mais aberta que a canavieira, pois, com uma simples batéia, qualquer pessoa poderia enriquecer de uma hora para outra.

O negro foi utilizado intensamente como escravo. O contingente de brancos que se dirigiam para as minas, composto exclusivamente de indivíduos do sexo masculino, incentivou o concubinato com negras escravas. Tal fato propiciou o aparecimento de grande número de mulatos, livres ou não, que imprimiram feição peculiar a essa sociedade.

A maior ou menor pigmentação da pele não era obstáculo para as relações sociais. A riqueza a todos igualava e, pela primeira vez no Brasil, havia mulatos ocupando altos cargos na administração pública.

Algumas famílias enviavam seus filhos para serem educados na Europa, formando uma elite de letRADOS na região.

A arquitetura e a escultura conheceram, nessa época, um de seus grandes mestres, Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, cujas obras estão, até hoje, em Sabará, Ouro Preto, Congonhas do Campo, São João del Rei e outras cidades de Minas.

Como resultado da combinação idéias religiosas — riquezas, o estilo barroco predominou nas igrejas, com seus interiores ricamente trabalhados, não só as de Minas mas as de toda a colônia.

Desenvolveram-se também a literatura e a música sacra.

Aspectos Econômicos

O ciclo da mineração gerou imensas riquezas. O ouro, seu principal produto, foi em grande parte, escoado para Portugal que, não podendo retê-lo, passou a enriquecer, indiretamente, a Inglaterra, permitindo-lhe realizar a Revolução Industrial, em 1750.

Para ter-se uma idéia da quantidade de ouro extraído no Brasil, no século XVIII, a ilustração de Roberto C. Simonsen é oportuna. Diz ele: "No século XVIII, o ouro do Brasil deu o primeiro impulso à formação dos grandes estoques deste metal nos tempos modernos. Entre 1700 e 1770, a produção do Brasil foi praticamente igual a toda a produção de ouro do resto da América, verificada entre 1493 e 1850; e alcançou cerca de 50% do que o resto do mundo produziu nos séculos XVI, XVII, XVIII." (*História Econômica do Brasil* — 1957, 258).

Durante o século XVIII, estima-se a produção de ouro no Brasil em 65.000 arrobas ou 983 toneladas, o que equivalia a 135 milhões de libras.⁵

Os novos capitais permitiram, com facilidade, a importação de negros e sua transferência da zona açucareira para atender à necessidade de mão-de-obra nas ruínas. Da mesma forma, custearam o gado trazido do sul e do nordeste, para subsistência.

Além da exploração do ouro, foram encontradas jazidas diamantíferas, em 1729, na região de Serro Frio, resul-

tando grande influência no mercado internacional.

Entre os aspectos aventureiros da procura dos minérios, pode-se ressaltar a ânsia dos descobridores em querer, a todo custo, achar os veios, de onde provinham os maiores depósitos aluvionais. Para isso, eles praticavam grandes queimadas que devastavam por completo extensas zonas de matas e florestas.

Contribuições

O ciclo da mineração introduziu modificações relevantes no contorno geográfico do Brasil e na sociedade colonial, com importantes consequências.

A despeito de não ter promovido empreendimentos de relevo visando ao futuro do País, o ciclo da mineração provocou o povoamento do centro-sul, através de uma grande corrente migratória, que desbravou os sertões e incorporou todo o Planalto Central à Nação, até as lindes da Amazônia.

Para escoar o ouro das áreas de mineração, quer legalmente ou por contrabando, novos caminhos foram abertos, integrando a parte central do Brasil com Salvador, Belém, Rio de Janeiro e a Bacia do Prata, e propiciando maior intercâmbio comercial e humano entre o norte-nordeste e o centro-sul. Particularmente, o mercado de gados e tropas⁶ estimulou os paulistas a ocuparem e conquistar, definitivamente, as regiões do sul.

O descobrimento do ouro, além de

5. Pandiá Calógeras. *Formação Histórica do Brasil*. In: Roberto C. Simonsen. *História Econômica do Brasil*, 297 páginas.

6. Nome atribuído a um grande número de mulas para transporte.

criar um novo núcleo econômico, contribuiu para a mudança na paisagem social, econômica e política do Brasil. Ocasionalmente, inclusive, o deslocamento da capital, da Colônia de Salvador, para o Rio de Janeiro, em 1763, a fim de que a Coroa pudesse controlar mais de perto as atividades na zona de ouro e usufruir prontamente de seus benefícios.

A prosperidade dos centros de mineração, verificada em Vila Rica, Sabará, São João del Rey e outras cidades das Minas Gerais, teve influência sensível na sociedade que lá se formou. As idéias liberais, que percorriam toda a Europa, particularmente a França, encontraram eco e facilidade de transmissão entre os aglomerados urbanos que surgiam, estimulando e fortalecendo o sentimento nativista. O rigor fiscal exacerbado imposto pela metrópole gerou revoltas e contribuiu para a eclosão de movimentos com vistas à emancipação política.

As transformações provocadas pela mineração redundaram no surgimento de uma classe média, composta de profissionais liberais que se estabeleceram na sociedade urbana, uma das características da sociedade mineradora. O afluxo contínuo de gente e a facilidade de enriquecimento permitiram mobilidade social maior, o que, por consequência, facilitou o crescimento das atividades intelectuais e artísticas.

Nessa fase, o Brasil pôde experimentar um pequeno progresso que não conhecia até então. Mas o fim do ciclo do ouro, a exemplo do nordeste açucareiro, conduziria os centros de mineração à decadência. Não havia outra atividade econômica local e a ex-

ploração descuidada e extensiva provocou o esgotamento das minas.

A corrida do ouro provocou, também a devastação de matas e florestas, prática iniciada na extração do pau-brasil, dando continuidade à formação de uma cultura de desmatamento para uma exploração econômica extensiva, muito conhecida e denominada de "cultura das queimadas".

Entretanto, a despeito de todas as ilusões criadas pelo ouro, o balanço geral do ciclo da mineração deixou saldos reais em proveito de nossa terra.

No final do ciclo, a concentração de brancos, escravos, gados, tropas e a formação de capital no centro-sul brasileiro, facilitaram mais tarde a implantação da lavoura do café no Vale do Paraíba e em outras regiões fluminenses.

O CICLO DAS ESPECIARIAS

Motivação para a Exploração

A expulsão de holandeses, ingleses e franceses do estuário do Amazonas motivou os portugueses a intensificarem a colonização da Região Norte. Como a cultura da cana-de-açúcar não teve ali o desenvolvimento esperado, a base econômica da região passou a ser o comércio de índios escravizados para os engenhos do nordeste açucareiro.

Aos poucos, no entanto, foi verificado que a floresta produzia um grande número de bens naturais aproveitáveis e utilizáveis no comércio. Eram as es-

peciarias, ou drogas do sertão: guaraná, cravo, canela, cacau, castanha, salsaparrilha, resinas, árvores medicinais e essências.

Extrair esses produtos passou, então, a ser o desafio econômico da área.

Os Índios e os Jesuítas

Colher as especiarias na floresta agressiva e desconhecida, somente o indígena poderia fazê-lo com sucesso. As atividades que lhes seriam exigidas já faziam parte do cotidiano de suas vidas: adentrar a selva ou o rio, remar, colher. Ao contrário do que se deu na agricultura e na mineração, o índio se amoldou com facilidade à colonização e ao domínio do branco. Não se precisou do negro.

Mas, ainda assim, o índio era avesso a qualquer disciplina de trabalho, sendo muito difícil de ser fiscalizado, quando disperso na floresta.

A solução veio, então, com o trabalho realizado pelas ordens religiosas, em particular jesuítas e carmelitas, que constituíram a vanguarda do desbravamento de todo o imenso território, distribuindo suas missões num raio de milhares de quilômetros.

O missionário reunia os índios em aldeia, catequizava-os e, com habilidade, submetia-os a um regime disciplinado de trabalho e de vida. Conseguiram os padres o que os colonos leigos foram sempre incapazes de obter. Deixando as famílias sob a sua proteção, os índios se internavam por meses na selva para obter produtos de subsistência e de comércio que, expor-

tados, pagavam não somente a manutenção das missões, como deixavam saldos apreciáveis que iriam enriquecer as respectivas ordens.

Os aldeamentos indígenas no vale amazônico multiplicaram-se de tal sorte que passou a existir uma ocupação sistemática e permanente.

A expulsão dos jesuítas da Amazônia, em 1757, na administração de Pombal, entorpeceu a colonização, porém assegurou a conquista e a ocupação.

Contribuições

A grande contribuição que o ciclo das especiarias proporcionou para o Brasil foi a posse efetiva da Amazônia, consolidada pela secularização das missões jesuítas e carmelitas, e assegurada pelas fortificações ali construídas.

Ao ser negociado o Tratado de Madrid, três quartas partes do vale amazônico estavam ocupadas permanentemente por aldeamentos indígenas que reconheciam a soberania portuguesa.

Com o declínio dessas aldeias e a substituição dos jesuítas por colonos leigos, o repovoamento da Amazônia passou a ser um dos problemas mais sérios dos últimos tempos coloniais, cuja solução ainda hoje se faz sentir necessária.

O CICLO DA BORRACHA

Motivação para a Exploração

A borracha é extraída do látex da seringueira, árvore nativa dos trópicos, existente em abundância na Amazônia. Particularmente, na região acreana encontra-se a seringueira da espécie mais valiosa: a *hevea brasiliense*.

Os índigenas já utilizavam o produto em confecção de calçados, mantos, seringas e bolsas elásticas. Mas, sem dúvida, é depois da descoberta do processo da vulcanização, uma combinação de borracha com enxofre, em 1842, simultaneamente por Goodyear, nos Estados Unidos, e Hancock, na Inglaterra, que esse material se faz largamente aproveitável na indústria, pela grande flexibilidade e inalterabilidade a qualquer temperatura que ele adquire.

Com a introdução do pneumático e a larga difusão do automóvel, a partir de 1890, a borracha passou a ser modernamente uma das principais matérias-primas industriais.

As seringueiras da Amazônia, que até então pouco valiam, passaram a ser exploradas em larga escala, fazendo eclodir o ciclo da borracha.

A Interiorização do Acre

A produção de borracha, que já existia desde a segunda década do século XIX, atingiu, em 1880, cerca de 7.000 toneladas, um número ainda modesto. A partir de então, o crescimento tomou grande impulso.

A Amazônia, que não contava com mão-de-obra, devido ao escasso povo-

amento da floresta (e isto representava a maior dificuldade do empreendimento), recebeu forte corrente migratória do nordeste. Em consequência da seca no interior da região (1877 a 1880), milhares de nordestinos aventurearam-se na direção da borracha do Amazonas.

No ano de 1887, o produto da extração elevou-se para mais de 17.000 toneladas e os setores de maior produção foram, de início, a baixa bacia do rio Amazonas (Estado do Pará) e o médio rio. Mais tarde, nos primeiros anos do século atual, a região do alto Purus e Juruá, tributários do Amazonas, despontou como a zona produtora mais próspera. Essa região, que se achava desabitada até então, e por onde passavam fronteiras imprecisas entre o Brasil e a Bolívia, recebeu um afluxo muito grande de brasileiros.

O encontro de exploradores brasileiros à procura dos seringais, com alguns postos militares bolivianos de ocupação nacional, fez eclodir uma questão internacional, resolvida através da diplomacia de Rio Branco, que resultou na cessão, por parte da Bolívia, de uma área de quase 200.000km² (atual Estado do Acre) em troca de uma indenização em dinheiro e da construção de uma ferrovia.

Em 1912, a exportação da borracha brasileira alcança seu ápice, com um total de 42.000 toneladas. Sua produção rendeu, em 1910, 377.000 contos, 40% do valor da exportação total do País.⁷

Cabe destacar que, durante a cha-

7. Caio Prado Junior. *História Econômica do Brasil*, 245 páginas.

mada “febre da borracha”, a exploração sempre foi feita por processos os mais rudimentares, com reflexos econômicos e sociais.

A concorrência estabelecida pela Inglaterra no Sudeste Asiático, para onde foram levadas sementes das seringueiras acreanas, e o surgimento da petroquímica fizeram a produção declinar até níveis inexpressivos, com evidentes consequências econômicas.

Contribuições

Paralelamente à lavoura cafeeira, que estabelecia sua primazia na economia brasileira, a borracha, durante um período muito curto, representou uma atividade econômica expressiva, pois, além de contribuir para tornar relevante o volume das exportações, permitiu, de certa forma, a elevação da renda regional.

A grande riqueza oriunda da exploração da borracha transformou completamente a Amazônia. A população subiu de 337.000 habitantes, em 1872, para 1.100.000, em 1906. Em plena selva ergueu-se uma cidade moderna, Manaus. O atual Estado do Acre, bastante isolado e muito distante, reuniu em menos de dez anos, quase 60.000 habitantes.

O auge da produção gerou riqueza e prosperidade, enquanto durou. Após, entretanto, as áreas dos seringais conheciam a decadência. O regime de trabalho e o padrão de vida do trabalhador, o sistema rudimentar de exploração e a extração brutal, grosseira e mal cuidada redundou, após o declínio

da produção, na volta à pobreza e no despovoamento regional.

A esse respeito, Caio Prado Junior acrescenta: “Nas cidades, setores inteiros de casas abandonadas e desfazendo-se aos poucos; a mata voltando ao isolamento. A terra se despovoa. Vão os aventureiros e buscadores de fortuna fácil procurar novas oportunidades em outro lugar. Ficará a população miserável de trabalhadores que aí se reunirão para servi-los, e que trará estampado no físico o sofrimento de algumas gerações aniquiladas pela agrura do meio natural (...).” (*História Econômica do Brasil*, 1953, 246)

O CICLO DO CAFÉ

Origem do Café Brasileiro

Natural da Abissínia, atual Etiópia, e introduzido na Europa, pelos árabes, no século XVII, o café chegou à América em 1720, nas ilhas antilhanas e nas Guianas. Alcançando o Brasil em 1727, foi plantado no Pará, por Francisco de Melo Palheta.⁸

Propagou-se rapidamente, pelo litoral, até Santa Catarina e, pelo interior, até Goiás. Seu cultivo, até o final do século XVIII, destinou-se, quase que exclusivamente, ao consumo doméstico.

Mas foi no Rio de Janeiro, no Vale do Paraíba, na zona da Mata de Minas

8. Ultimamente, julga-se ter sido Francisco Xavier Botero o introdutor do café no Brasil.

Gerais e, posteriormente, em terras de São Paulo e Paraná, que o café encontrou condições satisfatórias de desenvolvimento, ao aliar capitais, terras virgens, condições climáticas e mão-de-obra disponível e barata.

Na realidade, o que moveu os cafeicultores brasileiros para a produção foi o crescente mercado da Europa e Estados Unidos, que se habituava ao consumo do café.

A Lavoura e a Sociedade Cafeeira

A primeira grande lavoura cafeeira surgiu no Vale do Paraíba. A região assistiu à formação de imensas fortunas, acumuladas pelos chamados "barões do café", grupo que, sobretudo, sustentou politicamente a monarquia até a sua extinção, em 1889.

A mão-de-obra utilizada constituía-se do elemento servil, um dos alicerces econômicos do Império, e a estrutura social pouco diferia da sociedade colonial. Apenas fez surgir uma aristocracia com amplos poderes políticos, asseguradores da estabilidade social e que, mais tarde, receberia algumas modificações.

O predomínio econômico do Vale do Paraíba durou apenas até o final da década de 1870, quando entrou em declínio. Os cafeicultores da região não se preocuparam em melhorar as técnicas de produção. Os terrenos cultivados, de fortes declives, não suportaram por muito tempo o desnudamento do solo pela derrubada indiscriminada de matas, as pragas destruidoras tiveram sua ação facilitada e o

réndimento dos cafezais acusou rápida queda.

A economia do País só não foi afetada porque, nessa época, a expansão do café já tinha atingido outra região produtora: o oeste paulista, que se beneficiou do solo extremamente rico da terra roxa.⁹ Com condições mais adequadas aos cafezais e utilizando a mão-de-obra livre, essa região tornou-se, no fim do século XIX, o grande centro produtor de café do Brasil.

A velha aristocracia monocultora e latifundiária, aos poucos, passou a incorporar uma mentalidade empresarial moderna e burguesa. Ela introduziu o trabalho assalariado, melhorou o nível de produção com o implemento de instrumentos agrícolas, incentivou a imigração europeia e gerou uma elite de prestígio que, atuando no processo republicano, iria ocupar os cargos políticos mais destacados, até o fim da República Velha, em 1930, influindo decisivamente no processo político do país.

O Café no Império

Nos primeiros anos do império a economia brasileira, abalada pela emancipação política do País e pela influência inglesa, foi encontrar a solução para o reajuste e a organização na lavoura cafeeira. O rápido crescimento da produção do café permitiu restaurar o balanço das contas externas do País, elevando o Brasil a um

9. Decomposição de rochas basálticas de origem vulcânica, excelente para a agricultura.

nível de desenvolvimento ainda não experimentado.

A partir de 1860, o comércio exterior iniciou uma fase de *superavits* crescentes, que proporcionaram investimentos na construção de ferrovias e outros meios de comunicação e transporte, nas importações em benefício do aparelhamento técnico do País e modernização da sua indústria.

Também a partir dessa data, o Brasil começa a receber a imigração de agricultores europeus, com efeitos relevantes, tanto na lavoura, como na criação de uma nova sociedade. A escravidão já tinha seus dias contados e a velha aristocracia cedia lugar à nova aristocracia cafeeira.

Através da sigla do Partido Republicano Paulista, a nova aristocracia cafeeira, composta de fazendeiros do oeste paulista, movia-se pela instauração de uma república sob a forma federativa, para possibilitar, ao País, um sistema que favorecesse o núcleo agrário-exportador em expansão.

E foi o que aconteceu.

A República do Café

A “república do café” teve início efetivo a partir do terceiro presidente da república, o fazendeiro paulista Prudente de Moraes.

Sem votos suficientes para eleger um presidente da república, a oligarquia cafeeira paulista buscou o apoio dos fazendeiros de gado de Minas Gerais, dando surgimento à política do “café com leite” que resultou, entre outras coisas, no quase revezamento

de presidentes paulistas e mineiros, até 1930.

A produção de café, que continuou crescendo e representando, às vezes, quase 70% de nossas exportações, pôde dar prosseguimento à modernização e ao desenvolvimento do País. Foram realizadas obras públicas, promoveu-se a remodelação das capitais e dos portos brasileiros, ampliou-se, consideravelmente, a rede ferroviária, e estendeu-se a rede telegráfica a todo o país.

A superprodução, em 1906 e no final da década de 1920, ocasionou a queda dos preços no mercado externo. A solução encontrada pela oligarquia cafeeira, durante uma reunião que ficou conhecida como o “convênio de Taubaté”, foi a compra, pelo governo, de todo o estoque que excedia a procura do mercado. Dessa forma, em detrimento dos interesses maiores da Nação, o preço do café ficava assegurado ao produtor.

Apesar do prestígio e do poder político dos cafeicultores a composição da sociedade do primeiro período republicano, recebendo influências das transformações econômicas e do próprio crescimento populacional, tornou-se mais complexa e variada. Aumentaram, em número e importância, os grupos sociais urbanos, crescendo a burguesia e o proletariado. A classe média urbana, ligada ao funcionalismo público, ao comércio e às pequenas empresas, aumentou sua participação política, apoiando a luta contra a economia voltada, quase exclusivamente, para a defesa dos interesses cafeeiros.

A década de 1920 assinalou o surgimento de uma crise política irreme-

diável, combatida pelas oligarquias dissidentes e por um movimento consistente, surgido no seio da jovem oficialidade do Exército, "o tenentismo". Esse movimento ganhou contornos cada vez mais decisivos, até desembocar na revolução que, em 1930, derribou a "república do café".

Contribuições

O ciclo do café exerceu importíssimo papel na economia do Brasil, sendo responsável pelo processo político e pelas consequentes transformações na sociedade.

Sem mudar a essência do sistema econômico que vigorou no período colonial, o café tirou o País da crise em que se arrastava desde após a sua independência, trouxe estabilidade e prosperidade para o Segundo Reinado e a República e concorreu, efetivamente, para níveis de desenvolvimento nunca antes experimentados.

É importante concluir que, logo após a emancipação, o Brasil necessitava realmente de uma atividade econômica bem sucedida, não apenas para promover o desenvolvimento interno, mas, também, para fortalecer a expressão do poder nacional e, assim, garantir a soberania e assegurar o crescimento de forma independente e sem tutela.

Financiado inteiramente por capitais nacionais, o café permitiu a elevação dos níveis de renda e a capitalização, com reflexos em todos os outros setores da economia. Urbanizou e modernizou os grandes centros, e a

vida passou a girar mais em torno das cidades. Promoveu um intenso investimento no setor de infra-estrutura econômica, remodelando portos e construindo ferrovias.¹⁰

Como nas outras fases da economia brasileira, a lavoura cafeeira ampliou a área de povoamento e contribuiu para o crescimento populacional.

Se os cafeicultores do Vale do Paraíba estavam de acordo com o sistema servil do Império, foram os cafeicultores do oeste paulista que lutaram contra a escravidão e em favor da República. Eles promoveram o trabalho livre na lavoura e recorreram ao imigrante agricultor, de particular importância para a colonização e o aumento do efetivo populacional de grande parte do Brasil.

A sociedade cafeeira, seguindo o exemplo da sociedade colonial, fortaleceu o latifúndio e a monocultura, bem como o poder político, agora a nível nacional. As transformações sociais, deram origem a uma classe média bastante diversificada, exigente e participante que, embora sem expressão política, passou a contestar a estrutura política cafeeira.

Encerra-se, no ciclo do café, a monocultura. As experiências colhidas durante a superprodução do café em 1906 e o *crack* da bolsa de Nova York em 1929, causando a queda dos preços do produto, apontaram muito bem os riscos da dependência externa a que se sujeitam as economias monocultoras.

A necessidade da diversificação da

10. É bom lembrar que quase todo o traçado ferroviário atualmente existente no Brasil foi construído durante o ciclo do café.

economia, de apoiar e incrementar mais o setor industrial e de criar melhores condições sociais para o trabalhador fizeram o Brasil entrar em novo ciclo de evolução.

O CICLO DA INDUSTRIALIZAÇÃO

Processo de Industrialização no Brasil

A industrialização brasileira só foi iniciada após a proclamação da República, pois, até então, inexistiam condições para sua implantação e crescimento.

Durante o período colonial, a coroa portuguesa proibiu a instalação de manufaturas no Brasil e a nossa independência política não foi suficiente para eliminar a estrutura econômica instalada.

As iniciativas industriais ocorridas no Segundo Reinado, entre 1844 e 1875, não tiveram continuidade e permaneceram marginalizadas do sistema econômico vigente.

Nos primeiros anos da República Velha, houve uma tentativa de estimular o crescimento industrial, através de uma política financeira, conhecida como "encilhamento", que consistia em aumentar o número de moedas em circulação, criar dificuldades alfandegárias para a importação e estimular o crédito. O plano não deu certo e desencadeou forte onda inflacionária e grande especulação na bolsa, levando os novos industriais a recor-

rerem à ajuda financeira do governo.

Na virada do século, a crise da agroexportação, diante da oscilação do preço do café no mercado externo, constituiu constante ameaça à economia, tornando o processo de industrialização irreversível.

São Paulo reunia as condições internas favoráveis a esse processo: existência de mercado consumidor, fluxo de imigrantes europeus com *know how* para a fabricação de alguns produtos, capitais acumulados pelo comércio do café e abundância de fontes de energia hidráulica.¹¹

Faltava apenas a queda do sistema monocultor agroexportador para que a industrialização fosse efetivamente implementada.

A Aceleração Industrial

Após 1930, o número de estabelecimentos industriais cresceu muito. Enquanto na década de 20 existiam 4.697 estabelecimentos industriais, na década seguinte foram criados mais 12.232 e, em 1940, já havia um total de 49.418 indústrias no Brasil, empregando 781.185 operários.¹²

No período da Segunda Grande Guerra, o Brasil instalou, na cidade de Volta Redonda, a primeira grande indústria siderúrgica e, com a produção de aço, matéria-prima básica da atividade industrial, incrementou o desenvolvimento de outros setores.

11. Em 1901 já funcionava a primeira usina elétrica paulista.

12. Melhem Adas. *Aspectos Humanos e Naturais da Geografia do Brasil*, 147 páginas.

Com o aproveitamento do petróleo encontrado no subsolo, foi instituído, em 1953, o monopólio estatal, através da criação da Petrobrás.

Para dar o suporte necessário ao processo que se acelerava, foram construídas várias usinas hidrelétricas e criada a Eletrobrás.

No setor de transporte, a rede rodoviária do País ampliou-se consideravelmente possibilitando a infra-estrutura viária necessária à economia.

As empresas multinacionais trouxeram o capital estrangeiro e se ocuparam das indústrias de tecnologias sofisticadas.

A industrialização e a modernização, ao longo das décadas de 70 e 80, continuaram em ritmo acelerado. E o Brasil passou a produzir aviões, navios, máquinas pesadas e material de guerra, entre muitos outros produtos.

Aspectos Políticos, Econômicos e Sociais

A participação política do governo federal nas tomadas de decisões para incentivar a industrialização foi fundamental.

Na era Vargas, o governo passou a intervir, ativamente, na vida econômica do país, fornecendo créditos, regulando setores da economia e participando diretamente na produção, através de empresas estatais, em setores como o siderúrgico, o de mineração e outros.

O desenvolvimento industrial no governo de Juscelino Kubitschek teve por base a grande participação do ca-

pital estrangeiro, através de empresas multinacionais.

Nos governos revolucionários, após 1964, foram aprovados planos de desenvolvimento, que abrangiam uma série de investimentos nos campos siderúrgicos, petroquímico, de transporte e energia elétrica, marcando um período de grande prosperidade para o setor industrial e para a economia do Brasil.

Mas, o processo de industrialização não atingiu o Brasil como um todo. Concentrou-se na região sudeste, que se tornou pólo de atração para as populações de outras áreas menos desenvolvidas.

Enquanto as cidades se superlotavam, uma nova estrutura social surgiu, com os industriais, uma classe média maior e o operariado industrial.

Mas a mão-de-obra assalariada, como se fosse uma herança do passado, continuava a ser mal remunerada, influindo diretamente nas condições sociais de vida de grande parcela da população brasileira.

Contribuições

A Revolução de 1930 representou, no plano econômico, um marco fundamental na transição da economia agrário-exportadora, que tinha no mercado externo seu pólo dinâmico, para uma economia de base industrial, com perspectiva de se apoiar num mercado interno crescente.

Mas, efetivamente, foi após a Segunda Guerra Mundial que a industrialização se expandiu e as importações lentamente foram sendo substituídas

por produtos fabricados no Brasil.

A intervenção do setor-público, criando empresas como a siderúrgica de Volta Redonda, a Petrobrás e a Eletrorbrás, os incentivos à entrada de capitais estrangeiros, as tentativas de planejamento e os planejamentos adequados e coerentes no contexto de um plano nacional de desenvolvimento foram as características da fase de crescimento acelerado da indústria nacional.

O setor industrial trouxe um quadro mais dinâmico para a economia, atraindo capitais e mão-de-obra, ampliando o mercado interno e externo e propiciando o progresso econômico. O crescimento econômico acelerado e a modernização, impulsionando a economia brasileira para uma posição de destaque no cenário internacional, foram as grandes contribuições que a fase industrial prestou ao desenvolvimento do Brasil.

Mas, se no campo político e econômico houve participação e resultados, no campo social as transformações não acompanharam o desenvolvimento.

A concentração industrial ocorrida no sudeste gerou intensa migração de outras regiões do Brasil à procura do outro ciclo que se estabelecia. A história se repetia, da mesma forma como aconteceu na corrida do ouro e na lavra do café. Desta vez, porém, o fluxo migrante do interior, mormente do nordeste, resultou no inchaço populacional dos grandes centros e na consequente marginalização de considerável contingente populacional.

A riqueza gerada pelas indústrias não foi repartida, através de adequa-

dos programas sociais, com os trabalhadores. Os grandes lucros do progresso foram concentrados nas mãos de poucos. A dívida externa, que sustentou a industrialização e a modernização, tornou-se enorme ao longo do tempo, e dificultou, ainda mais, os investimentos na área social.

CONCLUSÃO

Os ciclos econômicos tiveram participação efetiva no desenvolvimento do Brasil. O pau-brasil, a cana-de-açúcar, o gado, a mineração, as especiarias, a borracha, o café e finalmente o surto industrial apresentaram contribuições que, integradas, hoje fazem parte do acervo da sociedade brasileira.

É evidente que não foi somente o fator econômico que moveu o Brasil, numa ou noutra direção, para um desenvolvimento lento ou acelerado, integrado ou regionalizado. Diversos fatores interagiram. Mas, como foi ressaltado na introdução deste trabalho, o aspecto econômico exerceu influência sobremodo relevante.

O comércio ilegal do pau-brasil e o estabelecimento de franceses no litoral brasileiro deram, aos portugueses, o ponto de partida para a efetiva colonização do Brasil. A indústria canavieira, que atraiu os holandeses para o nordeste, constituiu-se no próprio estímulo para expulsá-los do País. O comércio do gado foi o esteio econômico em que a comunidade sulina se apoiou para ocupar e integrar a região sul do Brasil. O nosso ouro, que deu sustentação à emancipação portuguesa na Europa, marcou o início do desenvolvi-

mento do centro-sul brasileiro. As especiarias e a borracha inundaram de brasiliade o vale amazônico. O café combateu a dependência econômica do Brasil, libertando-o da tutela externa. E, finalmente, a industrialização, juntamente com a atual diversificação econômica, conduziu o Brasil a ocupar lugar destacado na economia do mundo ocidental.

Por esse ângulo, do pau-brasil à industrialização, os ciclos econômicos proporcionaram um belo resultado, inspirando brasileiros a manterem uma sólida unidade política e a projetar o Brasil no cenário internacional.

Além da unidade política, aspectos como a estrutura econômica, social e política e suas transformações, a ocupação de espaços vazios, as migrações, o crescimento populacional, a modernidade, a urbanização, a prosperidade, o progresso e muitas outras contribuições, tratadas na abordagem de cada ciclo, direcionaram o Brasil para sua atual posição.

A história dos ciclos econômicos não pode ser relegada a um plano secundário. Neles se encontra a essência da própria formação econômica do Brasil. E a investigação e a atualização de conceitos do passado ajudam o entendimento do presente na busca de novas soluções.

O novo período de exploração do ouro que vem ocorrendo, há cerca de dez anos, em grande parte da Amazônia, particularmente ao norte da calha do grande rio, oferece cenas idênticas às do passado distante nas diversas fases dos ciclos econômicos. Serra Pelada, considerada uma ferida de ouro aberta na selva amazônica, uma grande

cava do tamanho do Maracanã que, no auge de sua atividade, lembrava cenários babilônicos, resume-se hoje num grande lago com diminuta população vivendo em absoluta miséria.

Guardando as devidas proporções, poderemos encontrar, no passado, os mesmos acontecimentos — decadência do nordeste, após o ciclo da cana-de-açúcar; abandono do centro-oeste, após o esgotamento das minas nele existentes; miséria no interior da Amazônia, após o declínio da borracha e decadência da lavoura cafeeira do vale do Pará. A uma fase de intensa e rápida prosperidade seguiu-se outra de estagnação e decadência, tendo como causa comum o acelerado esgotamento das reservas naturais por um sistema de exploração descuidado e extensivo.

Assim como ocorreu em Serra Pelada, as sub-regiões auríferas ao norte do Amazonas não receberam nenhum investimento dos recursos auferidos naqueles garimpos. E, semelhante ao passado, a garimpagem deixa atrás de si o rastro do desmatamento e o atrito com os indígenas.

Não há dados precisos, mas sabe-se que uma significativa quantidade de ouro saiu contrabandeado do País. É até aceitável que o Brasil não visse a cor do ouro na época colonial. Hoje, é inadmissível.

Recorrendo ao passado, poderemos encontrar, no estudo das fases econômicas de nossa História, as origens de comportamentos que hoje a sociedade brasileira exerce. A “cultura das queimadas”, a “cultura dos grandes latifúndios”, a superposição do poder econômico ao poder político, a mão-de-obra mal remunerada, o êxodo ru-

ral, a concentração (má distribuição) de renda e a "cultura inflacionária" são comportamentos que, de certo modo, se confundem com as consequências da crise por que o Brasil passa nesta última década. Na verdade são práticas exercidas ao longo de um passado que, através de um determinismo latente, permanecem inseridas na sociedade, vindo a aflorar, com maior ou menor intensidade, de acordo com a situação econômica do País.

Se a atual sociedade brasileira recebeu como herança de seus antepassados o potencial econômico que conduziu o Brasil à posição de oitava

economia do ocidente, é bem verdade que herdou também o comportamento social e a cultura econômica que hoje fazem agravar ainda mais a atual crise que a aflige.

A investigação e a conceituação cada vez mais exata de nossa evolução, a ser realizada por pesquisadores de nossa História Econômica, facilitarão os governantes a impregnar nosso povo da "consciência nacional" para o progresso, estimulando potencialidades em cada um e no País como um todo, para que não venhamos a nos acomodar com o espírito determinista que, ainda hoje, perturba nossa evolução.

BIBLIOGRAFIA

- ADAS, Melhem. *Geografia, Aspectos Humanos e Naturais da Geografia do Brasil*. São Paulo, Moderna, 1990, v. 2, 176 páginas.
- . *Geografia do Brasil*. São Paulo, Moderna, 1983, 203 páginas.
- ENCICLOPÉDIA NOVO CONHECER, São Paulo, Abril Cultural, s.d., v. 1, p. 254-255-306-307.
- FILHO, Arnaldo Fazoli. *História do Brasil*. São Paulo, Brasil, 1977, 383 páginas.
- FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO & FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA. *História*. São Paulo, Rio Gráfica, 1982, 248 páginas.
- KOTSCHO, Ricardo. *Serra Pelada o fim dos anos dourados*. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 de janeiro de 1991, 1º caderno, página 7.
- LIMA, Flamarion Barreto. *Formação da Nacionalidade Brasileira*. Rio de Janeiro, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 1983, 88 páginas.
- NADAI, Eloa & NEVES, Joana. *História do Brasil*. São Paulo, Saraiva, 1987, 271 páginas.
- PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1953, 324 páginas.
- REZENDE, Ney Riopordense. *Evolução Social e Econômica do Império; a Abolição e a República*. Rio de Janeiro, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 1983, 73 páginas.
- SIMONSEN, Roberto C. *História Econômica do Brasil*. São Paulo, Nacional, 1957, 464 páginas.
- SILVA, Francisco de Assis & BASTOS, Pedro Ivo de Assis. *História do Brasil*, São Paulo, Moderna, 1987, 304 páginas.



Maj Art QEMA JOSÉ LUCAS DA SILVA — Formado na Academia Militar das Agulhas Negras na turma de 1974 e aperfeiçoado na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Possui o Curso de Altos Estudos Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Serviu no 31º GAC (ES), 20º GAC, 12º Bia AAAe, AMAN, 21º GAC, 2º GACos e 1º GAAAe. Foi instrutor do Curso de Artilharia da AMAN no triênio 1979/80/81 e é condecorado com a Medalha Marechal Mallet. Atualmente exerce a Chefia da 1ª Seção do CMDO 9º RM.